

Orçamento pode ter veto de Sarney

O Congresso Nacional pode até confirmar o mecanismo criado pelo relator da comissão mista de Orçamento, deputado Eraldo Tinoco (PFL-BA), para reservar recursos para as emendas dos parlamentares no orçamento de 1990, mas o presidente José Sarney terá os instrumentos necessários para vetar o dispositivo. A intenção foi anunciada pelo relator do texto da lei orçamentária, deputado César Maia (PDT-RJ). "O Legislativo dará transparência à sua decisão e o Executivo poderá exercer, com flexibilidade, sua função de veto", diz Maia.

A polêmica começou quando Tinoco, depois de um entendimento com a cúpula da Comissão de Orçamento, anunciou a proposta de aumentar o redutor da fórmula de indexação do orçamento para gerar um suposto excesso de arrecadação dos impostos federais. Com isso estariam garantidas as dotações para as obras e projetos regionais reivindicados pelas emendas dos parlamentares. A lei orçamentária prevê a correção mensal dos valores orçados pelo índice de inflação (IPC) ou pela evolução da receita, o que for menor. O reajuste, no entanto, não será integral, mas correspondente a 90 por cento (reduzidor de 10 por cento) do índice utilizado.

JUSTIFICATIVA

Como relator do texto da lei orçamentária, Maia vai separar em artigo independente o aumento do redutor, de forma a facilitar o veto do Presidente — o veto só pode abranger o artigo inteiro e não parcialmente. Ou seja, num artigo ficará a fórmula de indexação proposta e em outro o aumento de redutor. "O momento é delicado e estou aqui na condição de deputado, e não de economista", afirma Maia para justificar sua decisão, que precisará da aprovação da Comissão de Orçamento.

MARCOS HENRIQUE



César Maia preferiu usar mecanismo que facilita o veto para Sarney